

# APRESENTAÇÃO

## Dossiê Estudos de Contrapúblicos

Jonas Medeiros\*

Fabiola Fanti\*\*

Rúrion Melo\*\*\*

Em 2022, comemorou-se um triplo aniversário: 50 anos da publicação do livro *Öffentlichkeit und Erfahrung* [Esfera pública e experiência], do sociólogo Oskar Negt e do cineasta Alexander Kluge; 30 anos do capítulo *Rethinking the Public Sphere* [Repensando a esfera pública], da filósofa Nancy Fraser; e 20 anos da coletânea *Publics and Counterpublics* [Públicos e contrapúblicos], do teórico literário Michael Warner. Cada um destes escritos representou uma contribuição fundamental para avançar críticas aos limites da abordagem teórico-crítica da esfera pública de Habermas (2014) e, assim, estabelecendo as bases para teorias sociais pós-habermasianas, em especial tendo em vista o conceito de “contrapúblicos”.

---

\* Cientista social com doutorado em Educação pela Unicamp e pesquisador do Cebrap.

\*\* Cientista social, doutora em Ciências Sociais pela Unicamp e pesquisadora do Cebrap.

\*\*\* Professor do Departamento de Ciência Política da USP e pesquisador do Cebrap.

Para os teóricos críticos alemães Negt e Kluge (1993), a esfera contrapública era um conceito menor de seu quadro conceitual, uma vez que as principais categorias para diagnosticar as complexidades da vida pública sob o capitalismo tardio eram, para os autores, a tendência declinante da esfera pública burguesa, a tendência ascendente da indústria da consciência e da esfera pública da produção e a contratendência fragmentária da esfera pública proletária. O contrapúblico era tão somente uma figura limitada diante da dificuldade de se desenvolver, a partir do mundo da vida da classe operária, um modo de organização da experiência social que não fosse apenas contra a esfera pública burguesa, mas fosse sim orientado a abarcar a totalidade social.

Já Fraser (1990) partiu da esfera contrapública feminista abordada por Rita Felski (1989) - uma extrapolação do quadro teórico-crítico de Negt e Kluge para dar conta de como a circulação da literatura feminista pós-1968 criou uma esfera pública alternativa - e dos estudos subalternos de Spivak (2010) para cunhar o já famoso conceito de contrapúblico subalterno. Contudo, também em seu modelo teórico-crítico, os contrapúblicos subalternos são apenas uma das categorias dentre várias que ela mobiliza para diagnosticar a cultura política sob o capitalismo tardio. Para a teórica crítica estadunidense em sua obra de juventude (FRASER, 1989), existem quatro instituições fundamentais na modernidade: a economia oficial, a família, a esfera pública e o Estado. Os contrapúblicos subalternos são, para ela, arenas discursivas paralelas nas quais grupos sociais subalternizados produzem e

fazem circular discursos oposicionais que permitem reinterpretar suas necessidades, experiências e identidades. Ao fazer isto, estes grupos conseguem desnaturalizar interpretações que funcionam tanto nas esferas privadas quanto na esfera pública hegemônica que favorecem os grupos sociais dominantes. Contudo, tal processo de politização da interpretação de necessidades sempre traz novos conflitos, dilemas e desafios: de um lado, discursos neoconservadores buscam combater os discursos oposicionais para reprivatizar certos temas, buscando retirá-los do debate público e encapsulá-los novamente nas esferas privadas da família e da economia oficial; de outro lado, mesmo quando movimentos sociais são bem-sucedidos em reinterpretar suas necessidades, no momento em que elas passam a ser satisfeitas por políticas públicas, novos desafios surgem, pois o subsistema político é um aparato jurídico, administrativo e terapêutico que despolutiza uma vez mais as interpretações via sua burocratização, minando a autonomia interpretativa dos movimentos sociais oposicionais.

Por fim, Warner (2002) é o grande responsável por alçar os Estudos de Contrapúblicos a um novo patamar qualitativo. Para este crítico literário, todo público é um espaço social auto-organizado, fruto de uma sociabilidade entre estranhos criada pela circulação reflexiva de discursos (inicialmente textos impressos e depois incorporando novos artefatos culturais, tais como imagens, fotos, áudios, filmes, vídeos, performances, sites, perfis, postagens, etc.). A diferença entre um público e um contrapúblico está na sua relação com o horizonte cultural dominante. De um lado, os públicos contribuem, com sua

performatividade, aparentemente desencarnada e universal, orientada para a argumentação crítico-racional e adaptada ao Estado burocrático moderno, para a naturalização de normas da cultura dominante, como a polidez e o decoro. Por outro lado, todos os contrapúblicos são, também públicos, mas eles fazem parte de subculturas subordinadas, que entram em fricção com aquelas normas, explicitando o caráter performativo, contingente e encarnado de todas as culturas e discursos. Assim, os contrapúblicos seriam definidos pela sua própria percepção de um status hierarquicamente subordinado e, portanto, estigmatizado, com relação à cultura dominante. Para o autor, todo discurso público teria um caráter projetivo: sua circulação reflexiva pressupõe a criação de mundos públicos compartilhados. Já um mundo contrapúblico seria produto da imaginação ética e política e da projeção de mundos públicos diferentes daqueles criados pelas normas e pelo processo de normalização: mundos comuns nos quais a sociabilidade entre estranhos permanece reflexiva, mas, devido ao seu caráter mais explicitamente encarnado, permite afetos, ludicidades, corporalidades e intimidades alternativas à heteronormatividade.

O conceito de contrapúblico parece ser um dos casos relativamente raros de contribuição original da teoria crítica que passou a ser apropriada e desenvolvida pela teoria tradicional, o que consolidou nas duas últimas décadas um campo de estudos específico. Hoje, os Estudos de Contrapúblicos são um vibrante campo interdisciplinar que abarca os Estudos da Comunicação, a Teoria Literária, a Filosofia, a Antropologia, a Ciência Política, a Sociologia e diversas outras disciplinas científicas e produz

pesquisas teóricas e empíricas sobre as novas mudanças estruturais dos públicos e dos contrapúblicos não apenas no Norte Global como cada vez mais no Sul Global.

Este dossiê é uma contribuição para a recepção brasileira dos Estudos de Contrapúblicos, reunindo autores que já têm trabalhado neste sentido, sempre de modo criativo e original para apreender as singularidades das dinâmicas contemporâneas da esfera pública brasileira, focando, por exemplo, no circuito subterrâneo e dissonante de mídias evangélicas (SANTOS, 2020), na performatividade indecorosa da recepção conservadora e detratora de exposições como a Queermuseu (HONORATO; MORAES, 2021) ou nos efeitos contraditórios das mídias sociais na formação de contrapúblicos (RIBEIRO, 2022).

Os organizadores deste dossiê são integrantes do Subgrupo Contrapúblicos, que faz parte não apenas do Núcleo Direito e Democracia (NDD) do Cebrap, como também de seu Projeto Temático Fapesp "Crises da democracia: teoria crítica e diagnóstico do tempo presente" (Processo nº 2019/22387-0). No âmbito deste Subgrupo e deste Temático, temos buscado incidir na recepção brasileira do conceito de contrapúblico no âmbito de uma ampla agenda de pesquisas empíricas. Isto implica não apenas a mobilização da categoria fraseriana de contrapúblicos subalternos para analisar movimentos e coletivos feministas em periferias urbanas (MEDEIROS, 2017), mas também no adensamento da categoria warneriana de contrapúblicos não-subalternos para interpretar com precisão e nuance as relações paradoxais entre nova direita (ROCHA, 2021) e extrema-direita (ROCHA; SOLANO; MEDEIROS, 2021) no Brasil. Estes e outros

trabalhos têm buscado a invenção, ressignificação ou aprofundamento de múltiplas categorias para diagnosticar as dinâmicas complexas e paradoxais da esfera pública brasileira contemporânea: "esfera pública pós-burguesa" (ROCHA; MEDEIROS, 2022), "política do choque" (ROCHA; MEDEIROS, 2020), a distinção entre "públicos subalternos" e "contrapúblicos subalternos" (MEDEIROS; FANTI, 2018), "contrapublicidade dominante" (ROCHA; MEDEIROS, 2021) e o ocaso da contrapublicidade dominante como a "profanação" do 8 de janeiro (MEDEIROS; ROCHA; SOLANO, no prelo). Esta virada surpreendente de uma concepção originada na teoria queer que se torna produtiva para dar conta da emergência da extrema-direita também tem efeitos na circulação internacional do conceito de contrapúblico, como no caso da tese de doutorado de Fanny Vrydagh (2020), defendida na Bélgica, mas que participou das discussões do Subgrupo de Contrapúblicos do NDD/Cebrap, do qual também participam Gustavo Frota Lima e Silva, os organizadores deste dossiê e Márcio Moretto Ribeiro, além de outras pessoas pesquisadoras.

Este dossiê recebeu além da tradução de um texto de Vrydagh e de uma resenha escrita por Lima e Silva, três artigos. As áreas de onde vem cada um destes autores comprova a interdisciplinaridade subjacente aos Estudos de Contrapúblicos: artes visuais, ciência política, comunicação, estudos culturais e filosofia. A totalidade das pesquisas empíricas qualitativas aqui apresentadas compartilham uma espécie de primado interpretativo, orientado para a compreensão a agência e as categorias nativas de atores da direita e da extrema-direita,

evidenciando que, hoje, os Estudos de Contrapúblicos possuem um valor estratégico e heurístico já que permitem investigações empíricas que dêem conta de complexidades, multidimensionalidades, ambivalências e paradoxos, características inescapáveis do mundo social e da vida pública em que estamos todos hoje inseridos.

Em "Limites, perspectivas e próximos passos: contrapúblicos na cultura do cancelamento", Felipe Gabriel Ervaz Garcia e Marcio Moretto Ribeiro buscam refletir sobre o impacto da autocomunicação de massas permitida pela internet sobre o debate público e a emergência da chamada "cultura do cancelamento". Após revisar o debate sobre esta categoria, ressaltando o dissenso em torno das avaliações normativas negativas (seria algo "nocivo", "prejudicial", "intransigente", "intolerante" e até mesmo "violento") ou positivas (poderia ser lido como "uma forma de contestação aos valores hegemônicos"), os autores buscam avançar uma compreensão ponderada do fenômeno, tecendo considerações em diálogo com os Estudos de Contrapúblicos. O artigo busca combinar as perspectivas de Fraser e Warner, que revelam os modos como contrapúblicos contestam as normas excludentes da esfera pública burguesa e elaboram normas alternativas ou então identidades não-normativas no discurso público. A "cultura do cancelamento" seria, então, um fenômeno multifacetado, que não é atribuição exclusiva nem de uma determinada posição político-ideológica nem tem um significado absoluto necessário (pró-justiça social ou pró-totalitarismo), sendo ainda necessárias

investigações empíricas caso a caso para interpretar seus efeitos práticos na ampliação democrática do espaço discursivo público.

Já em "Contrapúblico e público discursivo como pontos de passagem: derivando *tipos* dos atos de recepção em artes visuais no Brasil dos anos 2010", Diogo de Moraes Silva parte, em termos teóricos, da concepção de Warner de públicos discursivos (centralidade da atenção de leitores/espectadores na recepção de textos em circulação e não da presença física em um lugar concreto) bem como de sua abordagem que dissociou contrapublicidade e subalternidade. O autor frisa que esta desconexão corresponde à disjunção entre, de um lado, a dimensão analítica-descritiva e, de outro, a dimensão crítico-normativa. Assim, ele baseia seu artigo em uma pesquisa empírica de caráter etnográfico, uma preocupação compreensiva e interpretativa de seguir os atores e observar de perto a circulação reflexiva de textos, descrevendo detalhadamente os atos de sua recepção. Para tal, ele apresenta estudos de caso de públicos discursivos reacionários focados nas artes visuais e em seu circuito cultural progressista (a Bienal de 2014 e a exposição Queermuseu de 2017) como altamente heurísticos para diagnosticar a esfera pública brasileira contemporânea, a fim de analisar a ascensão da direita e da extrema-direita, interpretada como uma insurgência ou um "levante reacionário". Não escapa do autor o elemento irônico de que a recepção contrária a uma exposição queer possa ser interpretada por meio da concepção de contrapúblico originada justamente na teoria queer de Michael Warner. A categoria de contrapúblico permite ler, decifrar e reconhecer a agência de públicos detratores das artes



visuais, uma vez que eles elaboraram recepções antagônicas, isto é, versões que rejeitam, repudiam, detratam, execram e abominam certas exposições artísticas. Isto significa dizer que estes atores sociais reacionários praticaram performances e retóricas chocantes, indecorosas, viscerais, repugnantes e hostis, ou seja, condutas alternativas, discrepantes e dissidentes com relação a códigos, atitudes, disposições, ritos e protocolos de decoro e civilidade exigidos por públicos dominantes e/ou progressistas. Ou seja: o contrapúblico surge do seu conflito contra as normas da esfera pública hegemônica. Contudo, o autor conclui que os contrapúblicos reacionários - geralmente inspirados por um pânico moral de fundo religioso cristão em torno de questões de gênero e sexualidade - se diferenciam dos contrapúblicos queer pois estes têm em seu cerne um horizonte utópico e político-normativo de criação de mundos em comum, abertos, portanto, à diferença e à autotransformação.

O terceiro artigo submetido, "Contrapublicidade e a política racial da Fundação Cultural Palmares (2019-2022)", de Leandro de Paula e Pedro Ayala, também privilegia o diálogo teórico-conceitual com Michael Warner (por conta da via aberta para pensar a possibilidade de contrapúblicos não-subalternos), mas deslocando o foco das questões de gênero e sexualidade para a questão racial. Inicialmente é apresentado um histórico da relação entre movimento negro e Estado brasileiro, a qual pode ser interpretada por meio dos conflitos entre uma esfera pública seletiva e contrapúblicos subalternos, passando por: fortalecimento de uma imprensa negra alternativa no pós-abolição (até desaguar na criação do primeiro movimento negro

de massas, a Frente Negra Brasileira), sua repressão e silenciamento sob as ditaduras do Estado Novo e do regime militar, mas também seu ressurgimento no período democrático entre 1945-64 e no processo de redemocratização a partir do fim dos anos 1970, com o surgimento de um contrapúblico negro. O movimento negro contemporâneo que surge deste processo se afasta de uma estratégia assimilacionista e reinventa o ativismo antirracista no Brasil, sendo o contexto no qual é fundada a Fundação Cultural Palmares (FCP) formado pela pressão de baixo para cima do movimento negro e a abertura democrática por parte do Estado, no que pode ser interpretado como a institucionalização da pauta racial e de um discurso negro oposicional, que passa de contrapúblico para um público ("sujeito de direitos, interlocutor do Estado e destinatário de políticas específicas"). Assim, a Nova República e a Constituição de 1988 seriam marcadas por um paradigma de cidadania multicultural. Contudo, a FCP se tornou, sob o governo Bolsonaro, uma instituição que, em vez de dialogar com as demandas do movimento negro, passou a suprimir a consciência racial e a identidade étnico-racial construídas pelo movimento e seus (contra)públicos. Ou seja, a atuação do presidente da FCP entre 2019-22, Sérgio Camargo, faz parte da contrapublicidade dominante própria ao Governo Bolsonaro, um fenômeno eminentemente paradoxal que visa não garantir a governabilidade ou construir uma hegemonia por meio de consensos, mas sim normalizar uma retórica antissistêmica partindo da ocupação de um dos centros do sistema político, a presidência da república. O autor então apresenta sua pesquisa,

baseada em uma análise de controvérsias, cujo material empírico consiste em processos judiciais, portarias, notas de governo, reportagens da imprensa e conteúdos das redes sociais. Ao mesmo tempo que o governo Bolsonaro repagina o mito da democracia racial próprio da ditadura militar, ele também inaugura de forma inédita uma estratégia de produção permanente da publicidade do problema racial, em vez de negá-lo e silenciá-lo publicamente. Deste modo, os contrapúblicos de direita buscam inverter a gramática das lutas de reconhecimento avançadas por grupos sociais subalternos (construindo o discurso negro não como oposicional e insurgente, mas como "dominante"), obliterar a identidade cultural negra e denegar o processo de institucionalização de símbolos e valores construídos por movimentos sociais progressistas, com o Estado agindo de modo suicida, a fim de demolir a si mesmo (ao invés de falar em um "levante reacionário", como o último artigo, o autor fala em uma "revolução conservadora"). Tal ação contrapública conservadora é a forma da violenta negação do direito à diversidade e da contestação da agenda multicultural, o que não apenas reproduz os privilégios da branquitude como também fomenta "sujeitos racializados que militam contra os termos da luta antirracista no país" e, por fim, empareda os movimentos de esquerda como defensores do status quo, reduzindo o seu horizonte de uma crítica social radical.

O dossiê também conta com a tradução de um capítulo, "Sentir-se à margem pelas suas ideias. Entender os fundamentos do enquadramento pró-impeachment", que sintetiza os resultados da tese de doutorado da pesquisadora belga Fanny

Vrydagh. Neste texto, a autora também parte de Warner, mas sempre em diálogo com a sociologia contemporânea dos movimentos sociais, em especial aquela mais sensível aos processos culturais, simbólicos e discursivos, além de uma interlocução com os estudos da retórica. Para ela, o conceito de margem é produtivo para interpretar a emergência contemporânea da direita radical e extrema, dada a centralidade para este campo político de um sentimento coletivamente compartilhado de exclusão e de marginalização pelos públicos dominantes e a mídia de massas, ou seja, uma representação subjetiva, sem conexão com condições socioeconômicas objetivas, de que seriam vítimas de uma estigmatização ideológica e, portanto, de subordinação ao horizonte cultural dominante. Assim, estes grupos buscam constituir contrapúblicos fora da esfera pública dominante, o que ela chama de contrapúblico subordinado (em vez de "contrapúblico subalterno") enquanto uma identidade coletiva. A partir de um trabalho de campo, com base especialmente em entrevistas, entre 2015-18 acerca da campanha pró-impeachment de Dilma Rousseff e com foco em duas organizações - MBL e Revoltados On Line - a autora analisa seus enquadramentos de ação coletiva. Estes dois movimentos sociais utilizaram espaços online como as redes sociais Orkut e Facebook para criar novos significados e contradiscursos, passando de emoções negativas (como medo, vergonha, desconforto, injustiça e marginalização) à construção de uma identidade coletiva oposicional compartilhada positivamente, o que implica que os enquadramentos produzidos pelos contrapúblicos foram capazes

de "carregar" a bateria moral e emocional de militantes que antes se sentiam à margem e estigmatizados. Tais enquadramentos têm, segundo a autora, dois estilos retóricos: o ethos do dominado (uma estratégia discursiva de inversão de papéis para se apresentar como vítima e, assim, legitimar publicamente sua luta social) e o ethos panfletista (mensagens que buscam alertar a urgência de uma situação e denunciar conspirações, a fim de tornar o mundo social compreensível, pois aponta culpados e valoriza o emissor como um herói onisciente). Conforme o impeachment de Rousseff foi aprovado, dois caminhos foram abertos para os contrapúblicos subordinados da direita: ou se transformarem na direção dos públicos dominantes (como no caso do MBL) ou então manter a contrapublicidade mesmo ocupando cargos de governo (a chamada "contrapublicidade dominante", central para se interpretar a dinâmica do Governo Bolsonaro).

Por último, Gustavo Frota Lima e Silva apresenta em "Uma Estranha Criatura: *Publics and Counterpublics*, de Michael Warner" uma resenha de *Publics and Counterpublics* de Warner, o livro que mais mobilizou e inspirou inovações teóricas, conceituais, empíricas e políticas em torno dos contrapúblicos. O autor ressalta a originalidade interdisciplinar do projeto intelectual de Warner, uma vez que o crítico literário estadunidense articula de uma só vez a teoria crítica da esfera pública, a teoria queer e os estudos literários e culturais. Esta potente articulação se torna necessária a fim de apreender a opacidade do fenômeno da esfera pública, devido às suas tensões, ambiguidades e contradições em torno do geral e do

particular (e também do abstrato e do concreto), o que torna todo e qualquer público não apenas uma criatura "estranha", como também "queer". Em vez de tratar a forma público como entidades empíricas discretas (como fazem as ciências sociais) e a forma texto como entidades simplesmente existentes (como fazem os estudos literários), Warner toma um caminho alternativo, considerando públicos e textos como entidades que se determinariam mutuamente. O pano de fundo político concreto de Warner (as polêmicas e debates no interior do ativismo de pessoas LGBTQ+ nos EUA nos anos 1990) nos ajuda a compreender também que o contraste entre públicos LGBTQ+ e contrapúblicos queer não se referem a sujeitos concretos empiricamente delimitáveis, mas sim a retóricas que coexistem no mundo social e na vida pública, formas de produção, circulação e recepção de textos, ou seja, contextos e performances produtoras de subjetividades.

Como visto, os artigos deste dossiê são, de modo geral, mais inspirados e influenciado pelo modelo teórico-crítico de Warner do que de Fraser, no que parece ser, portanto, o amadurecimento de um momento pós-fraseriano (e não apenas "pós-habermasiano") da recepção brasileira do conceito de contrapúblico nas ciências sociais e humanas brasileiras. Este momento warneriano está bastante ligado ao compartilhamento por vários autores de um diagnóstico crítico do tempo presente de que a dissociação de contrapublicidade e subalternidade permite uma potente interpretação da emergência da extrema-direita contemporânea, centrada no caráter de transgressão de normas (no caso das normas de decoro do discurso público em

uma era do "politicamente correto"). Para quem compartilha de uma virada interpretativa, até mesmo contrapúblicos reacionários que os públicos progressistas consideram abomináveis são estruturados por alguma dose de reflexividade, isto é, são socialmente constituídos pela circulação reflexiva de discursos e seus participantes possuem agência cultural e política, a ser seguida e reconstruída empiricamente com rigor e seriedade.

Não consideramos, contudo, que a contribuição de Fraser tenha se tornado ultrapassada ou anacrônica. Teria sido inclusive desejável termos contado com mais artigos submetidos que partissem da categoria de contrapúblico subalterno (ou até mesmo da categoria "públicos subalternos", como corrigiu posteriormente Warner a fim de reservar a noção de "contrapúblicos subalternos" apenas para os contextos nos quais grupos sociais subalternos mobilizam estilos retóricos efetivamente transgressivos e com certa desconfiança do aparato burocrático estatal e da argumentação crítico-racional), a fim de termos um mapeamento mais preciso das mudanças estruturais da esfera pública brasileira, com foco não apenas nos atores sociais reacionários, mas também nos grupos sociais subalternizados, o que implica que este dossiê seja futuramente complementado por novos diálogos, colaborações e publicações coletivas para avançar esta fundamental agenda de pesquisa empírica.

## Referências

- FELSKI, Rita. *Beyond Feminist Aesthetics: Feminist Literature and Social Change*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.
- FRASER, Nancy. *Unruly Practices: Power, Discourse, and Gender in Contemporary Social Theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.
- FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. *Social Text*, n. 25/26, p. 56-80, 1990.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: Unesp, 2014.
- HONORATO, Cayo Vinicius; MORAES Diogo de. Mudança estrutural dos contrapúblicos em face a controvérsias artístico-culturais. *Revista Poiésis*, v. 22, n. 38, p. 309-343, 2021.
- MEDEIROS, Jonas. *Movimentos de mulheres periféricas na Zona Leste de São Paulo: ciclos políticos, redes discursivas e contrapúblicos*. Tese (Doutorado em Educação) – FE/Unicamp, Campinas, 2017.
- MEDEIROS, Jonas; FANTI, Fabiola. Recent Changes in the Brazilian Feminist Movement: The Emergence of New Collective Actors. In: FERRERO, Juan Pablo; NATALUCCI, Ana; TATAGIBA, Luciana (Ed.). *Socio-Political Dynamics within the Crisis of the Left: Argentina and Brazil*. Londres: Rowman & Littlefield, 2019. p. 221-242.
- MEDEIROS, Jonas; ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. *Brazilian Far Right Riots: Desecrating the Nation*. Oxford University Press Series, no prelo.



- NEGT, Oskar; KLUGE, Alexander. *Public Sphere and Experience: Toward an Analysis of the Bourgeois and Proletarian Public Sphere*. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 1993.
- RIBEIRO, Márcio Moretto. Fragmentação e colapso de públicos em rede. *Revista Estudos Culturais*, v. 7, p. 98-115, 2022.
- ROCHA, Camila. *Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2021.
- ROCHA, Camila; MEDEIROS, Jonas. “Vão todos tomar no...”: a política de choque e a esfera pública. *Horizontes ao Sul*, 2020. Disponível em:  
<https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/04/27/vao-todos-tomar-no-a-politica-do-choque-e-a-esfera-publica>
- ROCHA, Camila; MEDEIROS, Jonas. Jair Bolsonaro and the Dominant Counterpublicity. *Brazilian Political Science Review*, v. 15, n. 3, 2021.
- ROCHA, Camila; MEDEIROS, Jonas. 2022: o pacto de 1988 sob a Espada de Dâmoçles. *Estudos Avançados*, v. 36, n. 105, p. 65-84, 2022.
- ROCHA, Camila; SOLANO, Esther; MEDEIROS, Jonas. *The Bolsonaro Paradox: Public Sphere and Right-Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil*. Cham: Springer Nature, 2021.
- SANTOS, Leandro de Paula. Um rio de opinião subterrâneo: contrapúblicos terrivelmente evangélico. *Horizonte*, v. 18, n. 56, p. 570-599, 2020.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VRYDAGH, Fanny. *Gagner les corps, les coeurs et les esprits”: Comprendre l’engagement dans le mouvement brésilien pro-destitution (2014-2016)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Université Libre de Bruxelles, Bruxelles, 2020.

WARNER, Michael. *Publics and Counterpublics*. New York: Zone Books, 2002.